

# MULTA DIÁRIA: JURISPRUDÊNCIA

Maricí Giannico (\*)

Sumário: 1. Introdução. 2. Natureza jurídica e destinatário. 3. Hipóteses de cabimento. 4. Possibilidade de imposição *ex officio*. 5. Critérios para a fixação do *quantum*. 5.1 *Limitação ao valor da obrigação?* 6. Possibilidade de modificação do valor da multa. 7. Cumulatividade com outros valores ou sanções. 8. Questões relacionadas com a execução da multa diária. 9. Notas. 10. Bibliografia.

Resumo: Com vistas à efetividade, o legislador de 1994 introduziu no diploma processual civil uma série de dispositivos tendentes a tutelar a satisfação *in natura* dos direitos do credor. Como consequência, ampliou os poderes do juiz de atuar sobre a vontade do indivíduo. Neste contexto, ganharam maior relevo os meios executivos que, prescindindo da execução, propiciam a realização do direito. Entre eles encontra-se a multa diária, instituto de grande utilidade, porém, pouco regulamentado e que, portanto, tem suscitado muitas dúvidas em termos de aplicação prática. O trabalho visa, desta forma, a esclarecer algumas delas, tais como a questão da natureza jurídica, as hipóteses de cabimento, a possibilidade de alteração e outras tantas, colacionando ainda expressivos julgados de nossos tribunais, os quais poderão melhor orientar os aplicadores do direito em sua tarefa diária.

Palavras-chave: multa diária, coerção indireta, fixação de ofício, modificação permitida, cumulação, execução imediata, responsabilidade objetiva.

## 1. Introdução

O direito processual civil é, atualmente, alvo de inúmeros questionamentos por parte de todos no tocante à sua eficácia como instrumento apto a assegurar a tutela jurisdicional dos direitos dos litigantes. E talvez a maior crítica que se faça, tenha por objeto o processo de execução, em evidente crise, justamente por não propiciar ao credor a efetiva satisfação de seu direito.

Nas sábias palavras de Leonardo Greco, "o desafio que a execução apresenta aos juristas de nosso tempo é o

de abandonar uma atitude meramente contemplativa e conformista de sistematização exegética do ordenamento existente, em busca de novos paradigmas que sirvam de fundamentos para a construção de um novo sistema normativo, a fim de que em um futuro não distante a execução se torne instrumento efetivo e célere da mais ampla satisfação de qualquer tipo de crédito, com a menor onerosidade possível para o devedor, sempre assegurado o respeito integral às garantias processuais dos direitos fundamentais, como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa". (1)

Com vistas à efetividade, o legislador de 1994 introduziu no diploma processual civil uma série de dispositivos tendentes a tutelar a satisfação *in natura* dos direitos do credor. Modificou assim o texto do art. 461 do CPC, facultando ao juiz a utilização de meios coativos, com a finalidade de compelir o devedor a satisfazer *espontaneamente* a obrigação assumida. Ulteriormente, aprimorou ainda mais suas idéias e por meio da Lei n. 10.444, de 07/05/02, alterou novamente a redação do art. 461 do CPC, que hoje vigora com o seguinte texto:

"Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior

ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tomou insuficiente ou excessiva".

Mantendo-se coerente com as propostas da reforma, o legislador ampliou os poderes do juiz de atuar sobre a vontade do indivíduo. Neste contexto, ganharam maior relevo os meios executivos que, prescindindo da execução, propiciam a realização do direito. Trata-se de medidas que viabilizam a realização do direito do credor independentemente da vontade do demandado (medidas de execução direta) e de medidas que embora não tenham, por si só, a capacidade de dar concretude ao direito, exercem forte pressão sobre a vontade do demandado visando justamente a esta finalidade (medidas de execução indireta). Elas diferem em termos de efetividade, bem como de repercussão e de impacto sobre a esfera jurídica do demandado, cabendo cada qual diante de circunstâncias específicas e conduzindo a maneiras distintas de se prestar a tutela dos direitos. (2)

O trabalho em questão abordará os variados aspectos da multa diária, medida de execução indireta (patrimonial) que auxilia na efetivação da tutela específica ou na obtenção do resultado prático equivalente.

## 2. Natureza jurídica e destinatário

A multa diária brasileira foi inspirada nas *astreintes* do direito francês. Naquele país, já há algum tempo as funções de escolha dos bens a serem penhorados, a efetivação da penhora, a avaliação e arrematação, assim como a execução das obrigações de fazer infungíveis foram transferidas para um auxiliar da justiça, ficando ao juiz reservado apenas o papel de rever ou anular seus atos por provocação de qualquer interessado. Mas tanto o juiz da causa quanto o juiz da execução podem, mesmo de ofício, ordenar uma *astreinte* para assegurar a execução da decisão. O valor diário ou mensal da cominação é arbitrariamente fixado pelo juiz, sem relação necessária com o prejuízo sofrido pelo credor e seu prazo de duração é

ilimitado. Dependendo da maneira como o devedor se comporta em face da multa, ela pode ser elevada, reduzida ou suprimida, e quando atinge sua finalidade ou quando o cumprimento da obrigação se torna, por qualquer motivo, impossível, a *astreinte* é liquidada.

A nossa multa diária guarda grande similitude com o instituto europeu. Mas há uma diferença fundamental: enquanto no direito francês a *astreinte* é regulada pelo direito material, na legislação pátria a previsão vem do direito processual. A natureza da multa diária do art. 461 do CPC é processual, porque tem a finalidade instrumental de efetivação do provimento mandamental.

A finalidade da multa diária, porém, é a mesma lá e aqui: pressionar psicologicamente o obrigado e conduzi-lo a optar por cumprir espontaneamente o preceito judicial mediante atos próprios. Sua natureza jurídica é, portanto, puramente coercitiva. Daí não ser medida executiva propriamente dita, caracterizando-se como *execução indireta*.

A multa diária não se confunde com a ordem judicial, mas é acessório dela (sua natureza difere da natureza da obrigação). Não é pena para sancionar o devedor em razão do inadimplemento da prestação, logo, não guarda identidade com as perdas e danos, que podem ser devidas juntamente com o valor da cominação, nos casos em que ela não resultar no cumprimento da obrigação.

É pacífico que a multa deve ser paga pelo devedor da obrigação, ou seja, aquele que descumpriu a ordem judicial. Mas justamente por não se revestir de caráter indenizatório, ressarcitório, compensatório ou reparatório, o instituto ainda desperta polêmicas quanto ao seu beneficiário.

O Código de Processo Civil foi omissivo em relação ao tema, deixando a jurisprudência livre para buscar a solução nas precursoras lições do direito francês, que reconhece na *astreinte* um caráter privado de sanção pecuniária destinada a favorecer o credor, e não o Estado. Assim, prevalece entre nós o entendimento de que o valor da multa diária reverte em benefício do credor da obrigação. Mas esta solução afasta-se do verdadeiro escopo da multa diária, que é garantir a efetividade da tutela jurisdicional, dando-lhe justamente um caráter indenizatório, negado pelos próprios adeptos de tal pensamento. (3)

O mais coerente, portanto, seria atribuir o valor da multa diária aos cofres públicos, já que ela diz respeito ao cumprimento das decisões judiciais (e, portanto, ao prestígio das ordens emanadas do Estado), não guardando relação direta com o credor da obrigação. Mas esta

saída exigiria minuciosa regulamentação e não há na atualidade qualquer movimento neste sentido, sendo certo que enquanto isso, a multa diária tem sido paga ao credor.

### 3. Hipóteses de cabimento

Dispõe o art. 287 do CPC que "se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, e 461-A)". Essa nova redação trazida pela segunda fase da reforma (juntamente com a nova roupagem dada ao art. 644 do CPC) demonstra a preocupação do legislador com a técnica legislativa e sua intenção de harmonizar o preceito com o que prevê o art. 461 do diploma processual.

A partir de agora, portanto, a tutela específica deve ser buscada tanto para as obrigações de fazer e de não fazer, quanto para as obrigações de entrega de coisa, que também admitem o uso de mecanismos processuais sancionatórios e de medidas de apoio com vistas à efetivação da decisão antecipatória ou final (CPC, art. 461-A).

As técnicas processuais de coerção (execução indireta) e de sub-rogação (execução direta) devem ser empregadas pelo juiz de acordo com a natureza da obrigação a ser prestada. É por isso que se diz que para a obtenção da tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer são mais adequadas as técnicas de coerção indireta, enquanto que para as obrigações de entrega de coisa, nas quais a satisfação se dá com o desapossamento do bem, o melhor é fazer uso das técnicas de sub-rogação, realizando o Estado, imperativamente, aquilo que o devedor não fez espontaneamente.

Mas isso não implica uma divisão em categorias estanques; ao contrário, ambas as técnicas processuais podem ser utilizadas indistintamente nas apontadas modalidades de obrigação (a verdade é que na maioria das vezes o juiz tem de se valer da conjugação destas diferentes técnicas para propiciar ao credor a célere obtenção do resultado prático desejado).

Tal questão remete àquela relativa à possibilidade de aplicação da multa diária em obrigações fungíveis. Por algum tempo, a doutrina vacilou em afirmar que os meios de coerção indireta (e, portanto, a multa diária) poderiam auxiliar o credor de uma obrigação fungível a ver seu direito satisfeito. (4) Hoje, porém, esta questão resta superada, sendo pacífico o entendimento de que a inci-

dência da multa prevista no art. 461 do CPC independe da fungibilidade ou infungibilidade da prestação. "Basta que o devedor seja recalcitrante, atrasando-se na solvência da obrigação ou reincidindo na infração após o cumprimento". (5)

Assim, embora o campo de aplicação, por excelência, dos meios de coerção indireta seja o das prestações *infungíveis* (já que nas fungíveis os meios de sub-rogação funcionam a contento para se alcançar a satisfação do direito do credor), a lei não restringe sua aplicação para as hipóteses de obrigações fungíveis de fazer ou não fazer. (6)

É certo, porém, que a sub-rogação não permite a tutela dos direitos que dependem do cumprimento de obrigações infungíveis, só cabendo nestes casos a aplicação de medidas de coerção indireta. (7)

Por fim, se por um lado a doutrina já está pacificada quanto à possibilidade de se aplicar as medidas de substituição em obrigações pecuniárias, por outro, ainda é bastante tormentosa a questão da utilização da multa (coerção *indireta*) como meio de apoio ao cumprimento de obrigações de pagar quantia (cujos efeitos podem ser antecipados, a teor do que prevê o art. 273 do CPC).

Ao tratar da efetivação da tutela antecipada que determina o pagamento de determinada soma em dinheiro, José Roberto dos Santos Bedaque afirma que "mesmo tratando-se de tutela condenatória, não se pode admitir que a atuação da tutela antecipada seja efetivada nos moldes do processo de execução, sob pena de retirar-lhe completamente a utilidade prática. (...) Também no direito brasileiro, em que pese a omissão, o processo de execução deve consistir o parâmetro para a efetivação da tutela antecipatória versando pagamento de importância. Nada obsta, todavia, à adoção de outras técnicas, principalmente se verificada a insuficiência da execução por expropriação. A fixação de multa pecuniária pelo descumprimento do provimento antecipatório constitui providência possível, adequada e útil para conferir maior efetividade à antecipação". (8)

A solução desse impasse deve ser buscada na eventual utilidade da multa diária à efetivação da decisão judicial. Teria mesmo a *astreinte*, neste caso específico, alguma força coercitiva? Parece-me que não. No campo das tutelas pecuniárias, o legislador brasileiro optou pela estipulação dos juros moratórios ao invés da multa diária, já que esta dificilmente teria alguma utilidade prática. (9) Eduardo Talamini explica o impasse lógico que a imposição da cominação criaria: "recorrer-se-ia à multa porque

a execução monetária tradicional é inefetiva, mas o crédito advindo da multa seria exequível através daquele mesmo modelo inefetivo". (10)

Há autores, contudo, que sustentam a possibilidade de se cominar uma multa fixa, com um momento único de incidência, tal como permite o § 5º c/c o § 6º do art. 461 do CPC. (11) Outros ainda defendem o emprego da multa para compelir o devedor a pagar as despesas necessárias à reparação. (12) São excelentes opções a se pensar, pois não conflitam com o sistema processual vigente e representam uma solução intermediária capaz de tornar mais efetivas também as obrigações pecuniárias. (13)

#### 4. Possibilidade de imposição *ex officio*

Como visto, a multa diária tem natureza puramente coercitiva. Tem o escopo de pressionar psicologicamente o obrigado e conduzi-lo a optar por cumprir espontaneamente o preceito mediante atos próprios.

O § 4º do art. 461 do CPC traz a possibilidade de imposição da multa *ex officio*. Esse dispositivo é inserido na legislação processual em um momento de abertura para uma grande elasticidade das funções do juiz no comando do processo e empenho pela efetividade de suas decisões. Da mesma data da Lei n. 8.952, que trouxe o novo art. 461 com todas essas novidades (13/12/94), é a Lei n. 8.953, que alterou normas do processo executivo e entre elas as que autorizam o juiz da execução a impor, agravar ou reduzir a multa (arts. 644 e 645). Assim, a imposição de multa não fica condicionada à existência de pedido específico, contudo eventual omissão do juiz na sentença ou mesmo ao conceder a tutela executiva, não deixarão o julgado desprovido do estímulo das *astreintes* porque na execução a omissão poderá ser suprida.

Como se vê, hoje o juiz possui amplos poderes decisórios em relação às *astreintes*, podendo fixá-las, reduzi-las ou reforçá-las. A lei determina ao juiz que imponha as multas diárias "ao despachar a inicial" das execuções por obrigação de fazer ou não fazer - donde a evidência de que o juiz deverá fazê-lo *ex officio*, sem condicionamentos ou espera pela postulação do exequente. Essa determinação, conquanto inscrita somente no art. 645 (título extrajudicial) e não no art. 644 (título judicial), prevalece tanto para as execuções específicas com fundamento em título judicial quanto em título extrajudicial. De fato, não haveria razão para que justo na execução por título judicial, em que existe um ato judicial a cumprir e respeitar, o juiz ficasse condicionado a um pedido.

Assim é que sendo omissa a sentença condenatória ou

o título executivo extrajudicial, caberá ao juiz da execução, a requerimento ou mesmo de ofício, cominar as multas diárias destinadas a pressionar o executado ao cumprimento voluntário.

"Agravos regimentais. Processual civil. Obrigação de fazer. Inadimplemento. Fazenda Pública. Multa. Fixação *ex officio*. Possibilidade. Valor. Matéria fática. Súmula n. 7/STJ. I - Constitui entendimento unânime das Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, ser possível a fixação pelo juiz, *ex officio*, de multa por inadimplemento de obrigação de fazer, ainda que se trate de execução contra a Fazenda Pública. Precedentes. II - Impossível, na via eleita, a aferição do valor fixado a título de multa, vez que tal pretensão demanda incursão à seara fática dos autos (Súmula n. 7/STJ). III - Agravo regimental improvido". (14)

"Processual civil. Obrigação de fazer. Multa diária (*astreintes*). Fixação de ofício contra pessoa jurídica de direito público. Possibilidade. 1 - As *astreintes* podem ser fixadas pelo juiz de ofício, mesmo sendo contra pessoa jurídica de direito público (IPERGS), que ficará obrigada a suportá-las caso não cumpra a obrigação de fazer no prazo estipulado. Precedentes desta Corte. 2 - Recurso conhecido e provido". (15)

#### 5. Critérios para a fixação do *quantum*

##### 5.1 Limitação ao valor da obrigação?

A valoração da multa (fixação de seu *quantum*) ainda é questão um tanto nebulosa no direito vigente, tendo em vista a ausência de disposição expressa acerca do tema. O art. 461, § 4º, do CPC só faz alusão à necessidade de a multa ser "suficiente ou compatível com a obrigação", o que deixa margem a muitas dúvidas.

O primeiro critério a nortear a fixação do valor da multa deve ser buscado na própria finalidade das recentes alterações legislativas, que visaram a tornar o processo civil eficaz enquanto instrumento apto a assegurar a tutela jurisdicional dos direitos dos litigantes, propiciando ao credor a efetiva satisfação de seu direito.

Assim, a incidência da multa deve ser limitada pela viabilidade jurídica e material do atendimento ao comando judicial e seu valor deve ser tal que estimule o adimplemento, sem, contudo, resultar no confisco dos bens do devedor. O magistrado deve considerar o patrimônio do devedor, que traduz sua capacidade de resistir ao cumprimento da obrigação, bem como seu interesse em

recalcitrar, isto é, os benefícios que o inadimplemento pode lhe resultar.

"Processual civil. Execução. Fazenda Pública. Obrigação de fazer. Descumprimento. Imposição de multa. Possibilidade. Art. 644 do CPC. Acórdão. Fundamentação. Súmula n. 7/STJ. I - Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao Juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, impor multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública. Precedentes. II - Não se pode acoimar de desfundamentado o V. acórdão quanto aos critérios para a fixação do valor da multa, tendo em vista que o mesmo asseverou que o valor fixado, além de não se afigurar desmedido na espécie, foi fixado segundo o critério da razoabilidade, fundado no senso comum e no prudente arbítrio do juiz. III - Ademais, a discussão em torno do valor da multa diária fixada ensejaria o reexame do sítio fático-probatório constante dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula n. 7/STJ). Recurso não conhecido". (16)

"Processo civil. Ação cominatória. Execução. Pena pecuniária. CPC, arts. 287, 644/645. Enriquecimento indevido. Limitação. CC, arts. 920 e 924. Hermenêutica. Recurso acolhido. I - O objetivo buscado pelo legislador, ao prever a pena pecuniária no art. 644, CPC, foi coagir o devedor a cumprir a obrigação específica. Tal coação, no entanto, sem embargo de equiparar-se as *astreintes* do direito francês, não pode servir de justificativa para o enriquecimento sem causa, que ao direito repugna. II - É da índole do sistema processual que, inviabilizada a execução por quantia certa, respondendo o devedor por perdas e danos razão pela qual aplicáveis os princípios que norteiam os arts. 920 e 924 do Código Civil. III - A lei, que deve ser entendida em termos hábeis e inteligentes, deve igualmente merecer do julgador interpretação sistemática e fundada na lógica do razoável, pena de prestigiar-se, em alguns casos, o absurdo jurídico". (17)

É por essa razão que as hipóteses envolvendo bens móveis infungíveis exigem a incidência de multa de maior monta. A entrega de bens não pode ser resolvida por meios alternativos; somente a vontade do devedor é apta a satisfazer de forma específica o credor. Por isso, evidente que a pressão psicológica e financeira a ser exercida sobre o devedor seja maior nestes casos. (18)

Considerando a finalidade específica da multa e todo o histórico que está por traz da idéia de tutela específica, conclui-se que o valor da multa não fica limitado ao valor da obrigação ou de eventual cláusula penal, podendo

superá-lo. Segundo Pedro da Silva Dinamarco, "se a multa visa à realização de determinado comportamento ou abstenção e, por definição, ela representa uma forma de exercer pressão psicológica no obrigado para que realize a obrigação a que está sujeito, mais consentâneo que ela possa, eventualmente, superar o valor do contrato ou de eventual cláusula penal para que seja eficaz no atingimento dessa finalidade". (19) De fato, há de se estabelecer um montante que concretamente interfira no comportamento do devedor, o que pode resultar em um *quantum* efetivamente superior ao valor atribuído ao bem jurídico visado. (20)

"Multa. Obrigação de fazer. Multa diária de R\$ 200,00. Não deve permanecer a imposição de multa diária de elevado valor (R\$ 200,00, igual a um salário mínimo), para que a vendedora assine escritura de compra e venda de uma garagem, sabendo-se que em pouco tempo a multa alcançará valor muito superior ao do bem. Acrescente-se que o ato somente poderá ser praticado depois de vencidas as circunstâncias jurídicas de difícil desenlace, a depender de providências judiciais e de cancelamento de registro, com nova redistribuição da área da garagem. Recurso não conhecido". (21)

"Processual civil. Execução. Obrigação de fazer. Multa diária. Imposição de ofício. Valor limite. Inexistência. CPC, art. 644. A multa pecuniária imposta como meio coercitivo indireto para que o devedor cumpra a obrigação de fazer ou não fazer no prazo assinalado pode ser fixada de ofício pelo Juízo da execução ou a requerimento da parte. Inteligência do art. 644 do CPC. Se a lei processual não estabelece qualquer limite para o valor da multa, não merece censura a decisão que a arbitra dentro de um juízo de razoabilidade. Recurso especial não conhecido". (22)

"Execução. Obrigação de fazer. Multa diária (*astreintes*). Redução. Alegação de excessividade comparada com o valor da obrigação. Inadmissibilidade. Obrigação de fazer. Multa aplicada. Alegação de excessividade comparada com o valor da obrigação. Inadmissibilidade. Valor da multa que deve justamente ser maior sob pena de se tomar inócua a medida". (23)

"Ação cominatória. Obrigação de fazer. Multa diária. Fixação. Valor. A multa cominatória diária tem um caráter coercitivo-punitivo, pelo que deve ser mantida, para que a parte que tem uma obrigação a cumprir a ela não se furte indeterminadamente, em flagrante prejuízo da parte contrária. A fixação de seu *quantum* deve guardar

proporção com as suas finalidades - coerção e punição - evitando que o montante deferido venha a gerar um potencial enriquecimento ilícito daquele a quem favorece". (24)

Nos Juizados Especiais, porém, há forte tendência em se considerar o valor da multa diária limitado ao montante de quarenta salários mínimos estabelecido para fins de competência (art. 3º, § 3º, da Lei n. 9.099/95, aplicável aos Juizados Especiais Federais por força do art. 1º da Lei n. 10.259/01). Para Paulo Henrique dos Santos Lucon, no entanto, "Na hipótese de condenação ao pagamento de multa diária pelo descumprimento de ordem judicial, o valor total poderá ultrapassar o limite dos quarenta salários mínimos, mas nem por isso poderá ser modificada a competência dos juizados especiais para a execução do julgado". (25) Esta é a opinião que tem prevalecido entre os juristas que trataram do tema.

#### 6. Possibilidade de modificação do valor da multa

Uma vez que o valor da multa deve considerar a capacidade econômica do devedor e as circunstâncias inerentes a cada situação, qualquer variação nestes aspectos deve refletir no seu montante ou mesmo na sua periodicidade, valendo, é claro, a nova imposição, com efeitos *ex nunc*, de modo a não prejudicar o devedor. É exatamente isso que se extrai dos dispositivos legais constantes do CPC. O § 6º do art. 461 permite a alteração do valor da multa sempre que se mostrar excessiva ou insuficiente. (26) Já o parágrafo único do art. 645 autoriza a *redução* do valor da multa sempre que o juiz da execução considerá-lo excessivo (esta permissão está ligada à idéia do legislador de ampliar o campo decisório do juiz no processo executivo). (27)

Guilherme Rizzo Amaral fala sobre a possibilidade de se fixar multas *progressivas*, tanto em relação ao seu valor, quanto em relação à sua periodicidade. (28) Alerta ainda para os casos em que não se trata de modificar o *quantum* fixado, mas apenas de postergar a incidência da multa, tendo em vista a inexistência de *prazo razoável* para o cumprimento da obrigação, como prevê o § 4º do art. 461 do CPC. Diz o autor que se há atraso justificável, o prazo fixado para o adimplemento certamente não é razoável, não se justificando a redução do valor da multa, mas apenas a adequação de seu termo *a quo* com um novo prazo a ser fixado. (29)

"Multa diária. R\$ 2.000,00. Valor excessivo. Redução. Possibilidade. Desde que seja excessivo, como no caso em tela, pode o valor da multa diária ser reduzido

para o patamar inferior de R\$ 1.000,00. Inteligência da Lei n. 6.938, de 31/08/91, art. 14, inciso I. Decisão em parte confirmada - Recurso parcialmente provido". (30)

"Obrigação de fazer. Execução. Título judicial. Compensação. Inadmissibilidade. Inexistência de execução aparelhada. Fato não prestado. Culpa do devedor. Multa diária. Cabimento. Redução. Recurso provido em parte. Incabível a compensação como meio extintivo de obrigação sem a existência de execução aparelhada, isto é, de execução preparada, assim entendida a existência de título judicial ou extrajudicial com eficácia executiva hábil a iniciar uma execução. Se a embargante está enfrentando alguma dificuldade em obter a certidão negativa de débito - CND junto ao INSS, o fato decorre de atitude sua, que não quitou no seu devido tempo as contribuições previdenciárias devidas, não podendo transferir para o Condomínio, que necessita desse documento para a sua regularização jurídica e consolidação da propriedade, o ônus de uma discussão judicial sobre encargos moratórios que preferiu enfrentar através de embargos à execução fiscal. Teria, assim, que medir as vantagens e desvantagens dessa discussão através da via processual eleita, diante das consequências derivadas do inadimplemento da obrigação assumida com o Condomínio. Qualquer que seja o tipo da obrigação de fazer, fungível ou infungível, cabível a aplicação da multa diária para vencer a resistência no cumprimento da obrigação. Não tendo a multa caráter reparatória, deve ser fixada em valor adequado para vencer a resistência, comportando, no caso, concreto redução". (31)

A jurisprudência ainda enfrenta com divergências o tema da redução do valor da multa quando se está diante do cumprimento parcial da obrigação. Mas a doutrina tende a afirmar que após o cumprimento de parte de uma obrigação *divisível*, a multa pode ser reduzida, seja em razão da alteração da situação fática que ensejou sua fixação naquele valor, seja ainda por ter havido uma diminuição do próprio montante da obrigação descumprida. (32)

Outra questão controvertida diz respeito à possibilidade de modificação do valor da multa após a preclusão da decisão que a impôs. Mesmo antes das alterações legislativas, Luis Guilherme Marinoni já admitia tanto a redução quanto a majoração do valor da multa, ainda que a decisão que a fixou não mais fosse suscetível de impugnação e seu resultado já estivesse consolidado. De acordo com o referido processualista, "o valor da multa

(...) não fica petrificado pela coisa julgada material" e assim justifica inclusive a minoração do seu montante, forte na idéia de que a multa não tem por finalidade a penalização ou o desfalque do réu, mas sim induzi-lo ao adimplemento, o que pode vir a acontecer com o redimensionamento do valor das *astreintes*.

"Direito de vizinhança. Nunciação de obra nova. Acordo. Homologação judicial. Trânsito em julgado. Descumprimento. Execução nos mesmos autos. Admissibilidade. Multa diária fixada de ofício. Faculdade do art. 461, § 4º, do CPC. Valor que se tornou insuficiente ou excessivo. Modificação pelo juiz da execução. Admissibilidade. Exegese do art. 644, do citado Código. Descumprido acordo homologado judicialmente em ação de nunciação de obra nova em direito de vizinhança, é lícita a fixação *ex officio*, pelo juiz da causa, de multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação de fazer (art. 461, § 4º, do CPC), podendo este valor ser modificado pelo juiz da execução quando for verificado que se tornou insuficiente ou excessivo, conforme art. 644 do citado Código". (33)

Para Cândido Rangel Dinamarco, porém, só é possível a redução da multa fixada em contrato (caso de título extrajudicial, parágrafo único. do art. 645), já que nenhuma disposição negocial é imune ao controle jurisdicional (CF/88 art. 5º, XXXV) e é natural que o juiz dimensione a legitimidade desta e sua proporcionalidade aos objetivos que lhe constituem a causa.

O valor da multa fixada em sentença não pode ser reduzido, não pelo preconceito do veto às decisões do juiz *in executivis*, mas por força da autoridade da coisa julgada material. Estipulada na sentença a multa e ali arbitrado o seu valor, com o trânsito em julgado da decisão exaurem-se para o réu as possibilidades de impugnar o *quantum* cominado (a redução da multa caracterizaria substancial alteração no conteúdo do julgado, sendo, portanto, inadmissível).

"Civil e processual. Ação de indenização acompanhada de obrigação de fazer e cominação de multa diária. Negativação em cadastros de crédito. Fiança cancelada. Baixa não efetivada. Manutenção do nome do autor por longo tempo. Danos morais. Ausência de recurso da parte ré. Redução *ex officio* da multa pelo Tribunal Estadual. Impossibilidade. I - Pode o Tribunal reduzir o valor da multa imposta pelo juízo singular como penalidade pecuniária até que seja cumprida a obrigação de fazer

determinada em medida liminar, qual seja, a de dar baixa na inscrição em órgãos de proteção ao crédito do nome do autor, cujo aval fora cancelado por falta de outorga uxória. II - Necessário, todavia, para tanto, que a parte prejudicada ofereça recurso impugnando a cominação, sem o que incide a preclusão. III - Recurso especial conhecido e provido". (34)

Pode-se razoavelmente considerar afastado esse óbice quando a redução da multa decorrer de uma eventual alteração na situação fática considerada pelo juiz ao estabelecer a cominação no processo de conhecimento. Isto por que a coisa julgada só imuniza as decisões judiciais no limite dos fatos para os quais foram proferidas, sendo por isso considerado que ela se impõe *rebus sic stantibus*.

Mas o reforço da multa diária fixada em sentença não incide nesse perigo. Se o juiz pode inovar impondo multa que a sentença não impusera, sem com isso transgredir qualquer garantia, poderá *a fortiori* inovar aumentando o valor da multa já fixada em sentença: essa conduta equivaleria a impor, em cúmulo com a já imposta em sentença, outra multa de sua própria decisão - e assim estaria o juiz, em substância, exercendo o poder de fixação de multa estabelecida no art. 644.

Intencionalmente a lei nada disse sobre a possibilidade de se aumentar a multa diária estabelecida em contrato (v. art. 645, parágrafo único), respeitando com isso a vontade das partes e o equilíbrio econômico do ajuste negocial. De acordo com Dinamarco, se neste caso o valor se mostrar insuficiente, paciência. (35) Este também é o entendimento de Sérgio Bermudes, que assim afirma: "se o valor da multa já estiver previsto no título, o juiz poderá reduzi-lo, se o reputar excessivo, conforme o parágrafo único. A norma não permite ao juiz aumentá-lo porque o legislador optou por respeitar o limite posto pelas próprias partes, na declaração de vontade de que resultou o título". (36)

## 7. Cumulatividade com outros valores ou sanções

Todos os dispositivos que impõem a sanção de multa diária (*astreinte*) têm a finalidade de promover a efetividade de alguma decisão judiciária. Por isso mesmo as multas costumam associar-se ao instituto do *contempt of court*, considerando que o descumprimento de ordens judiciais importa não só lesão ao credor, mas principalmente insubordinação à autoridade. As novas disposições contidas no art. 461 do CPC contemplam sanções dessa ordem como resguardo à efetividade da sentença que ao

fim do processo concede a tutela específica e também da decisão antecipatória desta (CPC, art. 461, § 4º).

Não há dúvidas sobre a possibilidade de cumulação da multa com as perdas e danos, já que o § 2º do art. 461 é expresso neste sentido. E ainda que não fosse, a cumulatividade entre multa e perdas e danos seria consequência lógica e natural das diferentes naturezas e finalidades dos dois institutos: a primeira visa a motivar o adimplemento (caráter coercitivo) e a segunda define o objeto da obrigação do devedor inadimplente (caráter ressarcitório). (37)

Como ensina Ada Pellegrini Grinover, "a medida coercitiva representada pela multa, concebida para induzir o devedor a cumprir espontaneamente as obrigações que lhe incumbem, principalmente as de natureza infungível, não é de natureza reparatória. Vale dizer, sua imposição não prejudica o direito do credor à realização específica da obrigação ou ao recebimento do equivalente monetário, ou ainda à postulação das perdas e danos. A multa, em suma, tem natureza puramente coercitiva". (38)

A multa moratória fixada contratualmente pelas partes é mecanismo de direito material destinado a incentivar o cumprimento tempestivo da obrigação (CC, art. 411). (39) Não se confunde com as *astreintes* - típico instrumento de direito processual -, razão pela qual ambas também podem ser aplicadas cumulativamente.

A jurisprudência, contudo, oscila: "Compromisso de compra e venda. Atraso da obra. Multa cominatória devida. Sua inacumulabilidade com a multa moratória. I - Atraso de cinco meses na entrega de apartamento, na forma do contrato, faz incidir *astreinte* pactuada, pois não veio prova apta a justificar a demora frente à relação de consumo. II - São inacumuláveis a multa moratória, destinada ao descumprimento do pacto, e a cominatória, de natureza coativa para o cumprimento de obrigação de fazer, na medida em que optaram os autores pela higidez do contrato, recebendo o imóvel ainda que a destempo. III - Negaram provimento a ambos os recursos". (40)

Resta ainda analisar as multas previstas nos arts. 14, parágrafo único, 18 e 601 do CPC e a possibilidade de aplicá-las juntamente com a *astreinte* do art. 461 do diploma processual.

O parágrafo único do art. 14 do CPC prevê a incidência de multa de até 20% sobre o valor da causa para a hipótese de descumprimento dos provimentos judiciais. Fala que a multa "constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição" (natureza sancionatória) e será aplicada "sem

prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis". Ou seja, trata-se de autêntico "*contempt of court* a ser reprimido como tal e não pelos prejuízos eventualmente causados ao adversário". (41)

A responsabilidade por litigância de má-fé prevista no art. 18 do CPC é medida puramente patrimonial, ou seja, consiste em uma indenização ao adversário, pelos danos que o ato desleal lhe causou. Exige-se aqui, como é intuitivo, que o prejudicado comprove o efetivo dano sofrido. Já a multa prevista no art. 18, visa, por sua vez, a punir as condutas arroladas no art. 17 do CPC.

Há ainda a multa prevista no art. 601, que foi introduzida no Código de Processo Civil exatamente na parte atinente ao processo de execução, com o intuito de dar "maior eficácia à atividade executiva, e por isso arrolou o legislador condutas maliciosas que quebrariam o princípio geral da liberdade processual que deve servir de norte os litigantes". (42) Sua natureza não é indenizatória, mas sancionatória. Ela pode ser fixada em até 20% do valor atualizado do débito em execução e seu valor é revertido à parte (o que não lhe dá o caráter indenizatório, mas sim de sanção a um ato que atente contra a dignidade da justiça). Tem, portanto, caráter punitivo. (43)

A questão da incidência conjunta dessas espécies de multa resolve-se, aqui também, pela observância do princípio do *non bis in idem*. Assim, quando um único ato da parte dá ensejo a mais de uma multa ou sanção prevista nos apontados dispositivos do Código de Processo Civil, elas só poderão ser aplicadas cumulativamente se não tiverem a mesma natureza jurídica. Sendo de naturezas idênticas, afasta-se a cumulação. (44)

As multas previstas nos arts. 14, 461 e 601 do CPC podem ser cumuladas com a indenização prevista no art. 18 do diploma processual, já que suas naturezas são totalmente diversas. O mesmo ocorre em relação às multas dos arts. 14 e 461 do CPC, cuja aplicação simultânea não ensejará qualquer duplicidade de penalização.

Já as multas previstas nos arts. 14 e 601 do CPC não podem ser aplicadas conjuntamente em razão de um único ato da parte. Não obstante José Rogério Cruz e Tucci (45) e Carlos Alberto Carmona (46) entendam o contrário, a aplicação cumulativa destas multas equivaleria à imposição de duas sanções a um só fato (*bis in idem*), independentemente de uma delas ser revertida para parte e a outra para o Estado ou a União.

"Possessória. Reintegração de posse. Liminar deferida em 1º grau e posteriormente cassada por acórdão



transitado em julgado. Intimação do autor para devolução do bem que não foi cumprida. Determinação de nova intimação, sob pena de multa diária. Admissibilidade, pois tem o juiz o poder de *ex officio* determinar as medidas que entender necessárias para o cumprimento do julgado. Recurso improvido. Litigância de má-fé. Caracterização. Intimação para devolução de bens, que se encontravam em poder do autor por força de liminar anteriormente deferida. Descumprimento, sob alegação de que os vendera a pessoa desconhecida. Resistência à ordem judicial configurada. Determinação do pagamento de multa e indenização por perdas e danos arbitrada, respectivamente, em 1% e 20% sobre o valor da causa. Art. 17, III e IV, art. 18 e §§, art. 601 do Código de Processo Civil. Recurso provido, com a imposição de sanção". (47)

Há ainda que se ressaltar que a multa (e não a indenização) prevista no art. 18 do CPC também não pode ser cumulada com as demais, previstas nos arts. 14 e 601. Isto por que se trata de três hipóteses idênticas de punição. Desta forma, caso o litigante seja apenado com a multa do art. 14 ou do art. 601, não poderá se sujeitar à multa de 1% do art. 18, mas tão somente à indenização pelos danos sofridos. (48)

Em recente decisão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal assim decidiu: "o *contempt of court* e a litigância de má-fé podem ser impostas, cumulativamente, sem que se incida em duplicidade de penalidades, haja vista traduzir a primeira o embaraço à atividade jurisdicional, e a segunda ato ofensivo ao princípio da probidade processual". (49)

Guilherme Rizzo Amaral entende que a multa por litigância de má-fé do art. 18 tem caráter punitivo, enquanto as *astreintes* são medida de coação, o que possibilitaria sua cumulação (para o autor, as multas previstas nos arts. 14, 18 e 601 podem ser aplicadas conjuntamente com aquela do art. 461 do CPC). (50)

Finalmente, não-obstante seja farta a jurisprudência em sentido contrário, (51) a doutrina pátria vem reafirmando a possibilidade de se cumular as *astreintes* com a sanção penal derivada do crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.

#### 8. Questões relacionadas com a execução da multa diária

Uma vez fixada a multa diária, faz-se necessário pensar na sua execução. Para tanto, é preciso esclarecer que a *astreinte* incide a partir do descumprimento da ordem

judicial: tanto quando fixada em sentença, quanto quando imposta por meio de decisão interlocutória, seu *dies a quo* (termo inicial) é o do decurso do prazo estabelecido pelo juiz para o cumprimento espontâneo da obrigação. A multa diária não tem *dies ad quem* (termo final) - vence dia-a-dia e sua incidência só cessa com o adimplemento.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao momento em que a multa pode ser exigida do devedor. Parte da doutrina sustenta que somente após o trânsito em julgado da decisão que impõe a multa estariam definitivamente reconhecidos a obrigação e seu descumprimento.

De fato, quando a sentença que fixa a multa diária é atacada por recurso de apelação dotado de duplo efeito (devolutivo e suspensivo), a obrigação só poderá ser exigida após o trânsito em julgado, não havendo que se falar em descumprimento antes disso. Portanto, não há dúvidas de que nestes casos, a multa também só poderá ser exigida após o trânsito em julgado. Mas se a apelação interposta contra a sentença que fixa a multa diária for recebida apenas no efeito devolutivo, então a obrigação é exigível desde a publicação da decisão, o que significa que eventual descumprimento dará imediato ensejo à exigência do valor da multa, mesmo antes da ocorrência do trânsito em julgado.

O mesmo pode ser dito em relação à decisão que, antecipando a tutela, impõe a multa diária. (52) Não obstante parte dos estudiosos do tema entenda que o valor da *astreinte* só poderá ser exigido após o trânsito em julgado da decisão, (53) tal solução não é a mais adequada, pois favoreceria o descumprimento da obrigação específica, contrariando a própria finalidade do instituto.

Citando Teori Albino Zavascki, que vê na decisão que comina a multa uma norma jurídica individualizada nascida de um suporte fático próprio, qual seja, o não cumprimento da obrigação no prazo fixado pelo juiz, Fabiano Carvalho conclui: "toda vez que houver cominação de multa diária, com a finalidade de constranger o devedor a satisfazer a obrigação, e esta multa não for exigida desde logo, ou seja, antes do trânsito em julgado, pode-se ter a certeza de que o meio coercitivo empregado será inócuo e o devedor permanecerá inerte, aguardando o resultado final do processo". (54)

Assim, também nas hipóteses em que a multa diária é fixada para o caso de inadimplemento da decisão que antecipa o provimento final, sua exigência pode se dar imediatamente, ainda que em curso o processo. Lembre-se, as *astreintes* brasileiras têm natureza processual, não se identificando com o direito material, portanto, ainda

que inexistente a tutela final, "a multa está vinculada ao provimento antecipatório e pode ser exigida desde logo, pois decorre objetivamente do não atendimento ao comando nele contido". (55)

A jurisprudência, contudo, tem se posicionado no seguinte sentido: "tendo em vista a possibilidade de reversão da tutela antecipada, a execução da multa cominatória ali fixada somente pode ser iniciada após o trânsito em julgado da sentença condenatória do processo de conhecimento. (...) Tem razão a agravante neste aspecto, porque a execução de multa por descumprimento da tutela antecipada só é possível com o trânsito em julgado da decisão final do processo de conhecimento em que foi ela concedida. Ocorre que a tutela, quando antecipada, é provisória e dotada de reversibilidade (§ 2º do art. 273 do Código de Processo Civil). A execução provisória da multa, antes do trânsito em julgado da decisão definitiva do processo de conhecimento, pode levar a eventual pagamento indevido, face à reversibilidade. (...) Essas questões compõem o mérito propriamente dito da fixação da multa e só poderiam ser apreciadas se a execução provisória fosse cabível, o que não é, como decidido no item I acima". (56)

"A incidência da multa prevista no art. 644 do CPC deve retroagir à data determinada pelo juiz, embora a cobrança deva ser realizada após o trânsito em julgado da sentença condenatória". (57)

A questão da *injustiça* feita ao devedor que obtém, ao final, a modificação da decisão que lhe impôs a multa resolve-se por meio da responsabilidade objetiva do exequente do valor cominado. É claro que ao final da demanda, havendo o reconhecimento de que o executado de fato nada deve nem nunca deveu, isto é, de que não tem qualquer obrigação, então o beneficiário de multa deverá restituir-lhe os valores antecipados, respondendo por todos os danos que esta cobrança indevida lhe tiver causado, tenha ou não agido com culpa.

Tais danos serão liquidados nos próprios autos em que proferida a decisão que impôs a multa, devendo o executado demonstrar os prejuízos sofridos.

## 9. Notas

(1) LEONARDO GRECO. "A crise do processo de execução". *Temas atuais de direito processual civil*, coord. por César Augusto de Castro Fiúza, Maria de Fátima Freire de Sá e Ronaldo Brêtas C. Dias. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 211-286, esp. p. 214.

(2) "A coerção indireta é fundamental em relação às obrigações infungíveis, uma vez que, em relação a elas, a execução direta não possui efetividade. Nada impede, porém, como já foi amplamente demonstrado, que a multa possa ser utilizada diante de obrigações fungíveis" - LUIZ GUILHERME MARINONI. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: RT, 2004, p. 132.

(3) No Uruguai, as *astricciones* são multas pecuniárias impostas para assegurar o cumprimento de qualquer decisão e via de regra revertem em benefício de um fundo judicial administrado pela Suprema Corte (salvo na execução de obrigação de fazer, em que o beneficiário é o próprio exequente). A pedido da parte ou de ofício, o Tribunal poderá a qualquer tempo aumentar, moderar ou suprimir a cominação.

(4) LEONARDO GRECO parece defender a tese de que a obrigação de fazer fungível não cumprida só pode ser objeto das medidas sub-rogatórias, ou seja, "atividades substitutivas do juiz, para realizar contra a vontade do devedor a atividade que o executado deveria ter prestado voluntariamente", restando, portanto, afastada a aplicação da multa diária - "A crise do processo de execução". *Temas atuais de direito processual civil*, op. cit., p. 266.

(5) ALCIDES DE MENDONÇA LIMA. *Comentários ao CPC*, vol. 6, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1974, n. 1.780.

(6) JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA. *O novo processo civil brasileiro*, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1996, p. 52. CALMON DE PASSOS também partilha deste entendimento. Para o autor, em se tratando de obrigações infungíveis, impõe-se o preceito cominatório, a fim de que a tutela jurisdicional deferida não fique esvaziada; mas sendo fungível a prestação, o preceito é mera faculdade a ser utilizada a critério do credor (*Comentários ao CPC*, tomo III. Rio de Janeiro: Forense, n. 99). No mesmo sentido, conclui ATHOS GUSMÃO CARNEIRO que a imponibilidade das *astreintes*, como meio de coação tendente a dobrar a recalcitrância do devedor, visa justamente a obter do mesmo a execução da prestação de fazer ou de não fazer, "tanto fungível quanto infungível, sempre que ao credor interesse obter a própria prestação e não o equivalente monetário" ("Das *astreintes* nas obrigações de fazer fungíveis". *Ajuris* n. 14, 1979, p. 125-129). E por fim, LUIZ GUILHERME MARINONI, que aduz: "se todos têm direito à efetividade da tutela jurisdicional- efetividade que poderia ser comprometida se a execução tivesse de ser feita necessariamente através da execução por sub-rogação - e se o processo não pode prejudicar o autor que tem razão, não há como não admitir que a tutela que implica um fazer fungível possa ser

executada através de multa" - *Tutela inibitória (individual e coletiva)*. São Paulo: RT, 2000, p. 92-95.

(7) LUIZ GUILHERME MARINONI. "A tutela específica (arts. 461, CPC e 84, CDC)". *Temas atuais de direito processual civil*, coord. por César Augusto de Castro Fiúza, Maria de Fátima Freire de Sá e Ronaldo Brêtas C. Dias, Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 301. Esta também é a opinião de LEONARDO GRECO, para quem "se a obrigação é naturalmente infungível, isto é, se a sua satisfação somente pode ser obtida através de um ato de vontade ou de uma atividade do próprio devedor, não está ao alcance do juiz substituir-se a este para realizar a prestação almejada pelo credor" - "A crise do processo de execução". *Temas atuais de direito processual civil, op. cit.*, p. 266.

(8) *Tutela cautelar e tutela antecipada*: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). São Paulo: Malheiros, 1998, p. 392-394. CÁSSIO SCARPINELLA BUENO também entende que "a efetivação da tutela antecipada - para me valer dos termos que o novel § 3º do art. 273 emprega - dá-se, de acordo com respeitável doutrina, de resto majoritária, como se mandamental ou executiva se tratasse esta espécie de tutela ou, quando menos, seus efeitos antecipáveis, deixando de lado o tradicional, histórico e usual binômio condenação/execução. Este abandono do tradicional binômio também encontra eco em outras situações, os alimentos, o mandado de segurança, no seqüestro de bens ilicitamente incorporados por agentes acusados de improbidade administrativa e na alienação fiduciária. Em todos estes casos, talvez por uma combinação das diferentes eficácias que compõem cada uma das decisões jurisdicionais lá proferidas, realiza-se, concretamente, o direito do autor sem necessidade de se valer do tradicional, típico, processo de execução" - "Ensaio sobre o cumprimento das sentenças condenatórias". *Revista de Processo* n. 113, p. 55.

(9) Apenas a título de curiosidade, na Espanha, a sentença líquida vence juros anuais em favor do credor, dois pontos acima dos juros legais (LEC de 2000, art. 576), o que estimula o adimplemento espontâneo das obrigações estabelecidas nas decisões judiciais.

(10) *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*, p. 470.

(11) Este é, p. ex., o entendimento de FLÁVIO CHEIM JORGE, FREDIE DIDIER JUNIOR e MARCELO ABELHA RODRIGUES. *A nova reforma processual*, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 67.

(12) LUIZ GUILHERME MARINONI. *Técnica processual e tutela dos direitos, op. cit.*, p. 449 e ss. O autor sustenta não proceder, no caso, "o argumento de que não

é possível usar a multa para compelir ao pagamento de soma em dinheiro. Se a obrigação de pagar, no caso, serve somente para viabilizar o cumprimento da obrigação de reparar, a primeira obrigação é meramente acessória à segunda". Mas não deixa de se tratar de hipótese de imposição de multa para o cumprimento de uma obrigação de pagar.

(13) LEONARDO GRECO conta que "no Brasil, nós já tivemos, até época recente, juros compostos no processo trabalhista, que eram bastante eficazes para desestimular condutas procrastinatórias do devedor e induzi-lo a colaborar para o rápido desfecho do feito, sob pena de ver a sua dívida avolumar rapidamente". E é incisivo: "quanto às *astreintes*, multas pecuniárias diárias, parece-me que, sem prejuízo das regras sobre litigância de má-fé e os atos atentatórios à dignidade da justiça, a lei deveria obrigar o juiz a fixá-las também nas sentenças condenatórias a prestações pecuniárias e outras obrigações de dar, e no despacho inicial das execuções de títulos extrajudiciais correspondentes a essas espécies de prestações, como já estabelece hoje em relação às obrigações de fazer e não fazer (arts. 644 e 645), se fracassados os demais meios coativos. Aliás, quanto às obrigações de dar coisa diferente de dinheiro, essa é a solução da Lei dos Juizados Especiais (art. 52, V)" - "A crise do processo de execução". *Temas atuais de direito processual civil, op. cit.*, p. 221.

(14) STJ, 6ª T., AgIn 334.301/SP, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, j. 27/11/00, *DJ* 18/12/00, p. 286.

(15) STJ, 6ª T., REsp 451.109/RS, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, j. 22/10/02, *DJ* 11/11/02, p. 315.

(16) STJ, 5ª T., REsp 451.017/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, j. 08/10/02, *DJ* 04/11/02, p. 260. Apenas a título de curiosidade, menciona-se recente julgado proferido pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por meio do qual a Turma Julgadora entendeu que "a aplicação de multa (*astreinte*) à Fazenda Pública importa em limitação ao poder de propriedade do Estado e à sua própria economia, refletindo na sua capacidade de prestação do serviço público", razão pela qual impôs o seu afastamento (TRF da 5ª Região, 2ª T., AgIn 2004.05.00.024874-1, Rel. Des. Fed. PETRUNCIO FERREIRA, *DJU* 09/06/05, p. 651, *Revista Magister*, n. 6, p. 126-128).

(17) STJ, 4ª T., REsp 13.416/RJ, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, *DJ* 13/04/92.

(18) LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI. "Tutela específica: inovações legislativas e questões polêmicas", *A nova etapa da reforma do Código de Processo*

*Civil*, coord. por Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro e Pedro da Silva Dinamarco. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 192.

(19) *CPC Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 1.412.

(20) EDUARDO TALAMINI. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*: CPC, art. 461; CDC, art. 84. São Paulo: RT, 2001, p. 243. Não são poucos, contudo, os julgados que limitam o valor da multa ao valor da obrigação principal, equiparando equivocadamente a multa coercitiva à pena convencional do art. 920 do CC de 1916 (equivalente ao art. 412 do CC de 2002).

(21) STJ, 4ª T., REsp 223.782/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 20/02/01, DJ 28/05/01, p. 162, *Revista de Processo* 104/315.

(22) STJ, 6ª T., REsp 196.931/SP, Rel. Min. VICENTE LEAL, j. 17/02/00, DJ 08/03/00, p.166.

(23) 2º TAC-SP, 8ª Câmara, AgIn 744.573-00/2, Rel. Juiz RUY COPPOLA, j. 22/08/02.

(24) TA-MG, 4ª Câmara, Ap 0343.077-1, Rel. Juiz ALVIMAR DE ÁVILA, j. 24/10/01, v.u.

(25) "Juizados especiais cíveis: aspectos polêmicos", *Revista de Processo*, n. 90, p. 188.

(26) Para LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI "o § 6º do art. 461 do Código de Processo Civil agora traz disposição expressa no sentido de admitir a minoração e a majoração do valor da multa, o que se amolda aos conceitos trazidos pela cláusula *rebus sic stantibus*, que serviu de arcabouço para a elaboração da teoria da imprevisão e é de pertinente aplicação *in casu*" - "Tutela específica: inovações legislativas e questões polêmicas", *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, coord. por Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro e Pedro da Silva Dinamarco. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 193.

(27) Para CLITO FORNACIARI JÚNIOR "a multa, uma vez fixada, deverá - embora a lei diga que 'poderá' - ser revista, em se afigurando excessiva ou insuficiente, o que o juiz terá que fazer por decisão igualmente fundamentada, que obrigará o devedor a partir de sua intimação pessoal" - "Da multa cominatória", RT 794/95.

(28) GUILHERME RIZZO AMARAL. *As astreintes e o processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 150-151. Parte da doutrina sustenta que a revisão do valor da multa só é possível diante de uma alteração da situação concreta considerada pelo juiz ao fixá-lo. Isto por que o § 6º do art. 461 prevê que o juiz poderá modificar o valor ou a periodicidade da multa "caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva". Mas nem sempre o magistrado terá tido pleno conheci-

mento sobre a capacidade de resistência do devedor e a multa imposta poderá se mostrar inútil. Daí por que muitos autores sustentam que o juiz pode antecipar-se a tal resistência, cominando multa progressiva, adaptável ao inadimplemento do devedor.

(29) GUILHERME RIZZO AMARAL. *As astreintes e o processo civil brasileiro*, op. cit., p. 132. EDUARDO TALAMINI também afirma que "o lapso de tempo concedido ao réu não poderá ser curto em demasia, de modo que o impeça de cumprir a ordem tempestivamente, ainda que queira" - *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*: CPC, art. 461; CDC, art. 84, op. cit., p. 248.

(30) TJ-SP, 5ª Câmara, AgIn 271.588-5, Rel. Des. XAVIER DE AQUINO, j. 03/10/02, v.u.

(31) TJ-SP, 9ª Câmara, Ap 89.987.4/9-00, Rel. Des. RUITER OLIVA, j. 29/02/00, v.u.

(32) Obviamente, até o adimplemento de parte da obrigação, a multa incide integralmente. E em se tratando de obrigação *indivisível*, seu parcial cumprimento nada representa ao credor, razão pela qual não se admite, nesta hipótese, a redução o valor da *astreinte*.

(33) 2º TAC-SP, 9ª Câmara, AgIn 663.636-00/0, Rel. Juiz CLARET DE ALMEIDA, j. 22/11/00, JTA. (LEX) 189/363.

(34) STJ, 4ª T., REsp 265.092/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, j. 07/03/02, DJ 15/04/02, p. 223.

(35) CÂNDIDO RANGEL, DINAMARCO. *A reforma do Código de Processo Civil*, 4.ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

(36) *A reforma do Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995, p. 95. MARCELO LIMA GUERRA critica veementemente esta posição, sustentando que "não se coaduna com a sistemática da atual disciplina das medidas coercitivas, principalmente da multa diária, qualquer entendimento que pretenda vincular os poderes do juiz, nessa matéria, à vontade das partes, principalmente quando essa vinculação conduza a uma virtual diminuição da eficácia coercitiva dessas medidas. Se assim fosse, ter-se-ia de admitir a possibilidade de as partes vedarem, no negócio jurídico que viesse a constituir em título executivo extrajudicial, a aplicação de multa diária, o que parece flagrantemente incompatível com o caráter público do instituto. Dessa forma, se ao juiz é lícito fixar multa diária independentemente de pedido da parte, não parece razoável entender-se que ele estaria vinculado ao acordo de vontade das partes, seja quanto à aplicação ou não da multa, seja quanto ao seu valor especificamente para não aumentá-lo, verificando que ele tenha se tornado insuficiente" - *Execução indireta*. São Paulo: RT, 1998, p. 200.

(37) CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO. *A reforma do Código de Processo Civil*, 4.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 159.

(38) *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, nota 4 ao art. 84, p. 525.

(39) Seu valor sofre limitação (valor da obrigação principal), nos termos do art. 412 do CC, o que a torna um mecanismo de coação de reduzido potencial, se comparada à multa coercitiva do art. 461 do CPC.

(40) TJ-RS, 17ª Câmara, Ap 70002646750, Rel. Des. FERNANDO BRAF HENNING JÚNIOR, j.14/08/01.

(41) CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002, p.65.

(42) CARLOS ALBERTO CARMONA, *Código de Processo Civil Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 1.765.

(43) Visa a punir aquele que, de alguma forma, (I) tenta fraudar à execução, (II) opõe-se maliciosamente à execução, (III) resiste injustificadamente às ordens judiciais ou (IV) não indica ao juiz onde se encontram os bens sujeitos à execução.

(44) ANA LÚCIA LUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA partilha deste entendimento: "permitida assim, a cumulação, dando a entender que, quando se tratar de duas penas, a imposição cumulativa não poderia ocorrer" - *Litigância de má-fé*. São Paulo: RT, 2000, p. 51.

(45) "A resistência injustificada oposta pelo devedor (ou pelo credor, por que não?... ) ao cumprimento de determinação judicial configurará, a um só tempo, ato atentatório à dignidade da justiça e ao exercício da jurisdição, com todas as consequências previstas nos arts. 601 e 14, parágrafo único" - *Lineamentos da nova reforma do CPC*. São Paulo: RT, 2002, p. 21.

(46) "A aplicação da multa por conta da prática de ato atentatório à dignidade da justiça ao executado não elimina a possibilidade de imposição de outras penalidades, como aquela prevista no art. 14, V" - *Código de Processo Civil Interpretado*, op. cit., p. 1.767.

(47) 1º TAC-SP, 12ª Câmara, AgIn 1.022.081-0, Rel. Juiz ROBERTO BEDAQUE, j. 21/08/01.

(48) "Existindo uma das condutas tipificadas no art. 600, pode ser a parte apenada com a multa do art. 601 e mais a indenização pelos danos sofridos, com base no art. 18, mas é vedada a aplicação das duas multas, por se constituir em *bis in idem*: a mesma conduta não pode ensejar duas penas". "Portanto, o devedor poderá ser sancionado com base no art. 601 (multa) e no art. 18 (indenização dos prejuízos); vedada a aplicação, conjunta, das multas previstas nos dois dispositivos" - ANA

LÚCIA LUCKER MEIRELLES DE OLIVEIRA. *Litigância de má-fé*, op. cit., p. 52-53. ARRUDA ALVIM, contudo, entende que "a multa do parágrafo único do art. 14 tem como pressuposto exclusivamente a não-realização da conduta do inciso V (...). Nada obsta, portanto, que constatada a má-fé ou deslealdade na conduta adotada incida TAMBÉM a multa do art. 18, podendo configurar-se conjuntamente, por exemplo, a situação do art. 17, VI ou VII. E quanto aos demais incisos do art. 14? (...) parece-nos poder concluir que os demais incisos do art. 14, salvo o V, ensejam exclusivamente a incidência da multa do art. 18, e não do art. 14, parágrafo único" - "Sobre as multas instituídas nos arts. 14 e 18 do Código de Processo Civil, *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*, coord. por Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes. São Paulo: DPJ, 2005, p. 658.

(49) TJ-DF, 1ª Câmara, Ap 179.244, Rel. Des. VALTER XAVIER, j. 30/06/03, v.u., *Jurisprudência Informatizada Saraiva - JUIS*.

(50) *As astreintes e o processo civil brasileiro*, op. cit., p. 155.

(51) Cfr. RT 495/379, 512/355, 516/345, 524/332, 534/301, 534/327 e 613/413.

(52) Como visto, o § 3º do art. 461 do CPC abre a possibilidade de se conceder antecipadamente a tutela específica da obrigação, desde que seja "relevante o fundamento da demanda" e haja "justificado receio de ineficácia do provimento final", enquanto o § 3º do art. 273 do mesmo diploma legal assim dispõe: "a efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme a sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º e 461-A".

(53) Esta é a posição de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 240, e de FLÁVIO CHEIM JORGE, FREDIE DIDIER JR. e MARCELO ABELHA RODRIGUES, *A nova reforma processual*, op. cit., p. 206.

(54) O autor afirma com muita propriedade que "o procedimento de execução por quantia certa é o meio adequado para prover a cobrança da multa diária. Diferente é a ordem judicial inadimplida, que determinou o devedor a prestar obrigação de fazer e não fazer" - "Execução da multa (*astreintes*) prevista no art. 461 do CPC", *Revista de Processo* n. 114, p. 208-220.

(55) JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE, *Tutela cautelar e tutela antecipatória*: tutelas sumária e de urgência (tentativa de sistematização), São Paulo: Malheiros, 1998, p.367.

(56) TA-PR, 10ª Câmara, AgIn 0279583-5, Rel. Juiz JOATAN MARCOS DE CARVALHO, j. 08/03/05, v.u.,

*Revista Magister de Direito Civil e processual civil*, março-abril/2005, p. 135-141, esp. p. 138.

(57) TA-BA, 4ª Câmara, Ap 12.162-0/1999, j. 26/06/02, RT 810/315.

#### 10. Bibliografia

AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ARRUDA ALVIM, José Manoel. "Sobre as multas instituídas nos arts. 14 e 18 do Código de Processo Civil". In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (coords). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005. p.639-659.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo Processo Civil brasileiro*, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipatória: tutelas sumária e de urgência* (tentativa de sistematização). São Paulo: Malheiros, 1998.

BERMUDES, Sérgio. *A reforma do Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. "Tutela específica: inovações legislativas e questões polêmicas." In: COSTA, Hélio Rubens Batista Ribeiro; RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende; DINAMARCO, Pedro da Silva (coords.). *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 167-200.

BUENO, Cássio Scarpinella, "Ensaio sobre o cumprimento das sentenças condenatórias", *Revista de Processo* n. 113, p. 55 e ss.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao CPC*, tomo III. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CARMONA, Carlos Alberto. *Código de Processo Civil Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO, Fabiano. "Execução da multa (astreintes) prevista no art. 461 do CPC", *Revista de Processo* n. 114, p. 208-220.

CHEIM JORGE, Flávio; DIDIER JUNIOR, Fredie e RODRIGUES, Marcelo Abelha. *A nova reforma processual*, 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_. *A reforma do Código de Processo Civil*, 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *CPC Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2004.

FORNACIARI JÚNIOR, Clito. "Da Multa Cominatória", RT 794/95. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GRECO, Leonardo. "A crise do processo de execução." In: FIÚZA, César Augusto de Castro; SÁ, Maria de Fátima Freire de; DIAS, Ronaldo Brêtas C. (coords.). *Temas atuais de direito processual civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 211-286.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GUERRA, Marcelo Lima. *Execução indireta*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. "Juizados especiais cíveis: aspectos polêmicos", *Revista de Processo*, n. 90, p. 188 e ss.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. "A tutela específica (arts. 461, CPC e 84, CDC)." In: FIÚZA, César Augusto de Castro; SÁ, Maria de Fátima Freire de; DIAS, Ronaldo Brêtas C. (coords.). *Temas atuais de direito processual civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tutela inibitória (individual e coletiva)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MENDONÇA LIMA, Alcides de. *Comentários ao CPC*, v. 6, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Lucker Meirelles de. *Litigância de má-fé*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer: CPC, art. 461; CDC, art. 84*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lineamentos da nova reforma do CPC*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

---

(\*) Mestre e Doutoranda em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP. Advogada.